

A PROBLEMÁTICA DA VIOLÊNCIA NAS NOVAS ÁREAS DE DISPERSÃO DO ESPAÇO METROPOLITANO DE BELÉM: OS CASOS DE BENEVIDES E SANTA BÁRBARA DO PARÁ

Autor (01): Isac José Murta Nunes

Filiação institucional: Universidade do Estado do Pará

E-mail: isac.nunes@aluno.uepa.br

Autor (02): Leandro Maciel Sarrazin da Rosa

Filiação institucional: Universidade do Estado do Pará

E-mail: leandro.rosa@aluno.uepa.br

RESUMO:

Belém atingiu a forma de cidade-região nos últimos anos que se percebe no fortalecimento de centralidades, na ampliação da dispersão e no surgimento de novos espaços precários. Concebendo a violência como atributo de precariedade, este trabalho tem por objetivo principal compreender a violência urbana em Benevides e Santa Bárbara do Pará, bem como sua relação com a precariedade. Utilizou-se da seguinte metodologia: Levantamento bibliográfico; Levantamento documental dos dados do CVLI, dos censos demográficos e estimativas do IBGE; Cruzamento de dados sobre violência e indicadores socioeconômicos. A partir da pesquisa se identificou que Benevides e Santa Bárbara apresentam crescimento de sua população urbana e fortalecimento de suas áreas centrais, todavia, esses espaços são permeados de precariedade, dentre eles a violência, condicionante e condicionada do espaço geográfico.

Palavras-chave: Espaço urbano, precariedade, violência.

GT – 13: Produção e reprodução do espaço urbano – teoria e prática

INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, a cidade de Belém adentrou em dinâmicas com maiores níveis de complexidade a partir de uma urbanização regional policêntrica (RIBEIRO, 2018, 2021).

Orientador: Clay Anderson Nunes Chagas. Filiação institucional: Universidade do Estado do Pará. E-mail: claychagas@uepa.br

Fundamental na construção dessa realidade, o processo de dispersão urbana se percebe no caso de Belém, a partir dos anos 1970, nos novos espaços de moradia, como se pode constatar a partir de Trindade Júnior (2016). Em termos socioespaciais, essa dinâmica de despraiamento resultou na ampliação das desigualdades, com grandes espaços periféricos de infraestrutura precária e habitado por grupos de baixa renda. Essa intensidade do processo de urbanização acelerada e desigual, da dispersão metropolitana, aumentou os problemas e as desigualdades sociais, trazendo consigo o fortalecimento do fenômeno da violência.

A materialização da violência também é mais impactante nos segmentos sociais de menor poder aquisitivo, ou seja, para a população que vive em condições precárias, com baixas condições estruturais, faltando-lhes condições básicas como saneamento, moradia e segurança pública. Nesses espaços, o crime se prolifera com muito mais rapidez e profundidade do que, por exemplo, em áreas de maior poder aquisitivo da cidade-região de Belém, havendo uma distribuição desigual do crime, em especial, do homicídio, na cidade.

Compreendendo Benevides e Santa Bárbara enquanto municípios componentes do espaço metropolitano de Belém, eles estão marcados por diversos tipos de precariedades, no que tange sobretudo as questões das ocupações e da violência urbana que também são realidades e indicadoras das condições precárias de existência. Por conseguinte, os questionamentos que nortearam essa pesquisa são: como se apresentam os indicadores socioeconômicos de Benevides e Santa Bárbara? Qual a realidade da violência em Benevides e Santa Bárbara a partir dos Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI)? Qual a relação da violência com a produção do espaço geográfico?

Para alcançar a resposta dos questionamentos apresentados, utilizou-se dos seguintes procedimentos metodológicos: a) Levantamento bibliográfico, com a busca dos principais estudos desenvolvidos por outros pesquisadores que subsidiam essa pesquisa (PRODANOV; FREITAS, 2013), sobre os conceitos: de produção do espaço urbano, urbanização regional, dispersão urbana, ocupações precárias, violência urbana e crime; b) levantamento documental sobre os dados dos CVLIs em Benevides e Santa Bárbara, realizados na Secretaria Adjunta de Inteligência e Análise Criminal (SIAC), vinculada à Secretaria de Segurança Pública e Defesa social do Estado do Pará (SEGUP-PA), e dados de bases digitais, especialmente aqueles disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no que se refere a dados dos Censos Demográficos Brasileiros e suas estimativas; c) cruzamento de dados sobre

a realidade da violência, indicadores socioeconômicos e infraestrutura sobre os municípios. Durante todo este processo foi analisado, discutido e elaborado a redação que constitui esta pesquisa.

Além desse tópico introdutório, constam no artigo quatro seções. A primeira se volta à discussão do processo de metropolização da cidade de Belém, passando de metrópole confinada para uma metrópole dispersa e, posteriormente tornando-se uma cidade-região. A segunda apresenta a formação de Benevides e Santa Bárbara, suas localizações, as áreas centrais e suas inserções na cidade-região de Belém. A terceira parte se dedica ao debate sobre a violência urbana, os CVLIs em Benevides e Santa Bárbara e sua interação com o espaço geográfico. Por fim, na quarta seção, que também conclui o artigo, sintetiza a dinâmica particular da violência em Benevides e Santa Bárbara de possuírem o seu centro com características de precariedade.

BELÉM: DE METRÓPOLE CONFINADA À METRÓPOLE DISPERSA E À CIDADE-REGIÃO

Com mais de quatro séculos de fundação, Belém é uma importante metrópole do Brasil na Amazônia. Apesar de estar em uma região marcada no imaginário nacional e internacional por suas características naturais, a capital paraense é um dos principais e mais complexos espaços urbanos brasileiros. Em suas investigações sobre a cidade, Trindade Júnior (2016) analisa sua metropolização iniciada na década de 1960 através de políticas públicas para integrar a região ao restante do país, o que refletiu em novas atividades urbanas do Estado e de empresas privadas, bem como um crescimento populacional.

O autor pontua que a ocupação das baixadas por grupos mais carentes ocorreu devido a migração rural-urbano. Apesar de alagáveis, as áreas de baixas cotas altimétricas na Primeira Léguas Patrimonial¹ são acessíveis à área central da metrópole belenense devido sua proximidade. Por isso, o fator localização contribuiu para suas ocupações, em detrimento do

¹“Área de terra de aproximadamente 4.110 ha, que constituiu o patrimônio fundiário inicial da municipalidade - o chamado ‘rossio’ -, doado pela Coroa Portuguesa em 1627. Ela obedece a um traçado de uma légua - contada a partir do marco de fundação da cidade, o Forte do Presépio (que também já foi chamado de Forte do Castelo) - em arco de quadrante das margens da Baía de Guajará em direção sul, e Rio Guamá em direção norte (MEIRA FILHO, 1976, p. 451), que foi demarcada no início do século XVIII. Hoje, essa área corresponde à parte mais densamente construída e valorizada de todo o espaço metropolitano, sendo, igualmente, a área onde está localizada a maior parte dos bairros oficialmente reconhecidos.” (TRINDADE JÚNIOR, 2016, p. 97).

fator qualidade, pois a Segunda Légua Patrimonial² possuía boa parte de sua área com melhores condições, mas não bem localizada à época (TRINDADE JÚNIOR, 2016). Além disso, Trindade Júnior (2016) diz que a presença de uma espécie de “cinturão institucional” formado nos anos 1940 por instituições do Estado nos limites da Primeira Légua dificultou a expansão horizontal contínua da cidade, intensificou o adensamento populacional e valorizou os escassos terrenos de cota elevada. O referido autor afirma que essas condições proporcionaram à cidade de Belém uma forma confinada, na qual as principais dinâmicas urbanas restringiam-se aos bairros da Primeira Légua Patrimonial.

Posteriormente, Trindade Júnior (2016) expõe que na década de 1970 a expansão da malha urbana belenense ultrapassou o cinturão institucional com crescimento rumo à Rodovia Augusto Montenegro e a BR-316, o que fortaleceu o crescimento populacional, a periferização e proporcionou a conurbação com Ananindeua, Marituba, Icoaraci e Caratateua. O autor pontua que no sentido da BR-316 se realizou mais políticas habitacionais do Estado devido sua disponibilidade de terras mais baratas e no sentido da Avenida Augusto Montenegro, se desenvolveu principalmente a promoção imobiliária do setor privado direcionado à habitação popular, mas em ambos ocorreram as ocupações de cunho popular. Desse modo, a capital paraense passou por um processo de reestruturação, com uma redefinição dos seus espaços internos. Essa modificação, proporcionou uma configuração de metrópole dispersa à Belém, com intensa urbanização, crescimento da malha urbana, e dos fluxos de população (TRINDADE JÚNIOR, 2016).

Nas três últimas décadas, a dispersão da metrópole de Belém continuou a se intensificar, alcançando mais municípios e se configurando como parte de um processo de urbanização regional policêntrica e uma forma de cidade-região, consoante Ribeiro (2021). Além da dispersão urbana, o autor reconhece outros processos socioespaciais que demarcam essa nova urbanização da capital paraense. Essa nova dinâmica urbana é reconhecida a partir: da diversidade de renda expressa nos assentamentos dos grupos sociais nas áreas dispersas; dos novos espaços de consumo; das novas periferias proporcionadas pela ampliação da escala

²“Corresponde a outra légua acrescentada à Primeira Légua Patrimonial no final do século XIX, doadas, desta feita, pelo governo do Estado, mas que, diferentemente da outra doação, não chegou a ser delimitada. Segundo analisa Marx (1991, p. 76) a doação de uma segunda légua era muito comum nas cidades brasileiras com o fim de permitir algum rendimento a esses núcleos urbanos, por meio do aforamento de pequenos sítios e chácaras. (TRINDADE JÚNIOR, 2016, p. 99)

de dispersão; do fortalecimento de outras centralidades e diversificação nos sentidos dos fluxos (RIBEIRO, 2021).

Essas dinâmicas demonstram que a urbanização de Belém tem se intensificado e articulado com as demais cidades do espaço metropolitano, proporcionando assim uma nova configuração da metrópole, adquirindo características urbano-regionais policêntricas. Integrados à região metropolitana de Belém pela Lei Complementar Estadual 27/1995 (PARÁ, 1995), essas dinâmicas socioespaciais que demarcam a urbanização, são perceptíveis em Benevides e em Santa Bárbara do Pará. Enquanto espaços de dispersão e ampliação da capital paraense, e distantes da área central por aproximadamente 35 km e 51 km, respectivamente, também se verifica nestes municípios novos fluxos em função do aumento da oferta de serviços, fazendo com que haja a dispersão, em menor escala, das atividades de comércio da área central de Belém. É nesta dinâmica que esses municípios se inscrevem, estando articulados com a cidade-região de Belém, sendo demonstrado em suas interações espaciais e refletido em suas características socioespaciais.

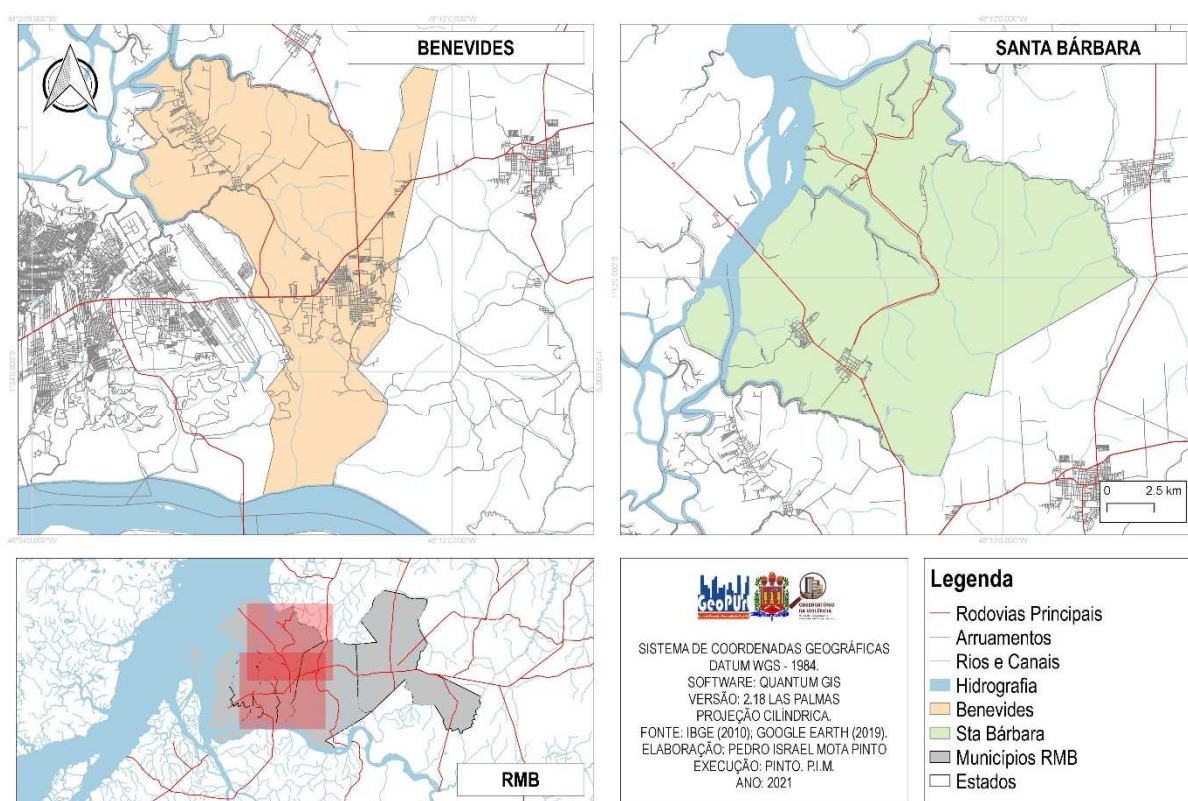
A INSERÇÃO DE BENEVIDES E SANTA BÁRBARA DO PARÁ NA CIDADE-REGIÃO DE BELÉM

Localizado no nordeste paraense, Benevides foi a primeira colônia agrícola na Zona Bragantina criada por Belém, em 1875, com objetivo de povoar e desfrutar das terras férteis locais (NUNES, 2008). De acordo com Souza (2018), a produção do seu espaço foi fortemente impulsionada pela criação da Estrada de Ferro de Bragança (EFB), a qual diminuía o tempo de transporte das mercadorias agrícolas e pesqueiras vindas Bragança, pois, até então, eram principalmente importadas pelas rotas fluviais. Nesse contexto, Benevides se tornou município pela Lei Ordinária Estadual N° 2.460/1961 (PARÁ, 1961), anexando a colônia de Benfica e partes, dos até então distritos, de Santa Bárbara e Santa Izabel. É a partir do ano de 1975, com a criação da área comercial e incentivo a expansão da malha residencial feita pelo Prefeito Claudionor Begot, que Benevides começa a adotar características urbanas (SOUZA 2018). O mapa 1 localiza esse município e Santa Bárbara na cidade-região de Belém.

O município de Santa Bárbara do Pará, conforme Mendes (2018), tem origem com uma negra outrora escravizada chamada Luciana Maria Gomes. O autor descreve que ela

herdou terras e iniciou uma comunidade com seus seis filhos que posteriormente deu início à população santa-barbarenses. Mendes (2018) diz que, em 1920, já era possível identificar três adensamentos, mas que, o até então distrito, era subordinado a outras cidades da região, como Belém, Ananindeua e Benevides. Isto muda com a abertura da PA-391, um atrativo para população carente em direção ao distrito que se tornou via de acesso à ilha de Mosqueiro e cresceu, seja em território, seja em população. Após o asfaltamento da Rodovia, se tornou município pela Lei Estadual N° 5.963/1991 (MENDES, 2018).

MAPA 1: Localização de Benevides e Santa Bárbara do Pará na cidade-região de Belém



Fonte: Elaboração própria.

As principais vias de Benevides são: Rodovia BR-316, PA-406, a qual é a principal rodovia do município sede, e a Estrada do Maratá. Benevides possui uma área territorial de 187,826 km² e uma população 51.651 habitantes no censo de 2010 (IBGE, 2011) e está estimada em 64.780 habitantes para o ano de 2021, conforme o IBGE. No ano de 2018, registrou um Produto Interno Bruto no valor de R\$ 1.589.870,36 (x1000), de acordo com o IBGE (2020). O município de Benevides está dividido em 6 Distritos, são eles: Paricatuba e

Taiassuí composto exclusivamente por zonas rurais; Santa Maria, Murinim e Benfica compostos por áreas urbanas e rurais; E Benevides (sede) com área urbana e área de expansão.

As principais rodovias do município de Santa Bárbara são a PA-391, também nomeada de Rodovia Engenheiro Augusto Meira Filho, a PA-408 e a Avenida Raimundo Vera Cruz. No Censo de 2010, os santa-barbarenses eram 17.141, registrando um crescimento de aproximadamente 33,64%, e sua densidade demográfica evoluiu para 61,62 hab/km², em comparação ao censo anterior (IBGE, 2011). As estimativas do IBGE (2021) para Santa Bárbara são um acréscimo de mais 4.670 habitantes, atingindo um total de 21.811 moradores. Conforme o IBGE (2020), o município registrou um Produto Interno Bruto em 2018 no valor de R\$ 172.362,80 (x 1000). Em sua análise sobre a cidade-região de Belém, Ribeiro (2021) identifica que “Santa Bárbara do Pará possui a particularidade de ser dotada de duas áreas, apesar de próximas, com concentração de atividades de comércio e serviços, o centro principal e Pau D’arco” (RIBEIRO, 2021). Sobre esses espaços, em seu trabalho de conclusão de curso, Barbosa e Abreu (2019) observaram que atendem tanto os santa-barbarenses, quanto os turistas que estão de passagem em direção a outros espaços do município ou para a ilha de Mosqueiro.

Em seus estudos sobre o reconhecimento e a delimitação da cidade-região de Belém, Ribeiro (2018) observou o Deslocamento Populacional Temporário diário, semanal ou mensal entre a moradia e o local de trabalho ou estudo, saídos de municípios paraenses em direção à Belém, através dos dados do Censo Demográfico de 2010. A tabela 1 mostra o Índice de Intensidade de Deslocamento Temporário (I.I.D.T.)³ realizado por benevidenses e santa-barbarenses com destino a Belém, conforme os dados do último censo demográfico.

Conforme a tabela 1, o município de Benevides registrou 3.827 pessoas que se deslocam por motivo de trabalho. A partir da divisão por sua população, gera-se o Índice de Intensidade do Deslocamento Temporário por Trabalho (I.I.D.T.T.) no quantitativo de 74. Por sua vez, Santa Bárbara tem o deslocamento por motivo de trabalho no quantitativo de 761 pessoas que, dividido por sua população, obtém-se o I.I.D.T.T. no valor de 44. Com relação ao deslocamento por motivo de estudo, o município de Benevides apresentou 1.156, registrando

³Índice obtido através da divisão do número de pessoas que realizaram o deslocamento pela população total do município de origem em 2010, multiplicado por 1.000.

um o Índice de Intensidade do Deslocamento Temporário por Estudo (I.I.D.T.E.) no quantitativo de 22. Santa Barbara apresentou o número de 166 pessoas se deslocando por motivo de estudo, que dividido por sua população, tem-se I.I.D.T.E. no valor de 9,6.

TABELA 1: Deslocamentos temporários de pessoas por motivo de trabalho e estudo saídos de Santa Bárbara com destino ao Município de Belém/PA em 2010

Município	População em 2010	Motivo	Deslocamento de pessoas	I.I.D.T.
Benevides	51.651	Trabalho	3.827	74
		Estudo	1.156	22
Santa Bárbara	17.141	Trabalho	761	44
		Estudo	166	9,6

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do IBGE (2010).

Em sua análise, Ribeiro (2018) compreende que o município de Benevides pertence ao espaço metropolitano de Belém pois mantêm uma grande interação com a capital, sendo o terceiro com maior intensidade de deslocamento por trabalho e o segundo com maior intensidade de deslocamento por estudo. No que se refere ao município de Santa Bárbara, o autor constatou ele é o quarto com maior intensidade de deslocamento por trabalho, mas o deslocamento por estudo de Santa Bárbara não consta em seu trabalho por ser realizado por menos de 200 pessoas. Assim, ele classificou Santa Bárbara do Pará como pertencente ao Entorno Metropolitano.

Todavia, ao comparar a tabela 1 com a análise do autor, o município possui um I.I.D.T.E. superior ao de Santo Antônio do Tauá, município que ocupa a quinta posição. Ou seja, se levar em consideração o deslocamento por estudo, apesar de menos significativo, também é possível considerar Santa Bárbara como componente do espaço metropolitano, uma vez que ele seria o quinto município com maior I.I.D.T.E., assim como pela intensidade do deslocamento por trabalho e por ser a principal via de acesso para o Distrito de Mosqueiro, pertencente ao município de Belém. A Ilha de Mosqueiro é um dos principais pontos turísticos da Cidade-região, atraindo diversas pessoas e atividades comerciais, fazendo com

que haja constante fluxo de mercadorias e pessoas na PA-391, principal rodovia de Santa Bárbara. Vale ressaltar que o município foi incluído, pela Lei Complementar Estadual 27/1995 (PARÁ, 1995), como parte da Região Metropolitana de Belém juntamente com os municípios de Marituba e Benevides.

A PRECARIÉDADE EM BENEVIDES E SANTA BÁRBARA DO PARÁ: OS CRIMES VIOLENTOS LETAIS INTENCIONAIS COMO CONDICIONANTES E CONDICIONADOS

A urbanização das cidades brasileiras ocorre em estágios, o de aglomeração, concentração e o de metropolização, que marcam a segunda metade do século passado no Brasil (SANTOS, 1993). Esse processo, devido sua aceleração, trouxe problemas sociais os quais assolam a sociedade brasileira, estando a população paraense também inserida nessa realidade. Chagas (2018) indica essa dinâmica ao discutir a violência urbana.

O crescimento urbano acelerado e concentrado que as cidades brasileiras passaram nos últimos anos proporcionou entre outras coisas: precarização da infraestrutura urbana, associada às péssimas condições de moradia e péssimos indicadores sociais. Essa dinâmica empurra a população mais pobre para espaços periféricos, no qual é facilmente perceptível a perda do direito à cidade, conforme ressalta Lefebvre (2001) e Santos (2007) e a proliferação dos mais variados tipos de violência e crimes (CHAGAS, 2018, p. 23).

Neste contexto de crescimento das cidades, intensificou-se as diferenças entre os espaços elitizados e os espaços periféricos. Silva (2018), em sua dissertação, reflete acerca da relação entre a violência e a urbanização. Para a autora, a violência é resultante também do crescimento das desigualdades e das segregações socioespaciais. Ou seja, o modelo tanto de urbanismo quanto de arquitetura promoveu o aumento do crescimento da violência por intermédio de projetos de práticas sociais e espaciais. Nessa perspectiva,

A violência passa pela compreensão da reconfiguração do processo de urbanização, cujo palco de conflitos interpessoais e sociais é o território, permeado pelo poder, força, disputa e domínio de espaço. Essa desigualdade socioespacial, que leva à violência urbana, reflete o modelo de metropolização do espaço, tendo como âncora a reprodução do capital, sob a égide do segmento imobiliário, caracterizado como segregador, pois exclui parte de segmentos sociais. Essa exclusão leva muitas famílias a adotar como estratégia a ocupação de áreas insalubres à moradia, formando-se, assim, um ambiente propício para a reprodução social da pobreza (SILVA, 2018, p. 60)

Assim, o processo de urbanização oportunizou o aumento da violência urbana que foi

proporcionado por intermédio da segregação socioespacial. Esses espaços urbanos segregados são os assentamentos precários, ambientes propícios para a produção da violência, pois sua carência torna seus moradores e frequentadores sujeitos das ações de agentes que são violentos. Negligenciados pelas ações do Estado e abrigos da população carente segregada, estes espaços marginalizados tornam-se vetores da violência (FERREIRA; PENNA, 2005), que também se manifestam em sua forma mais bruta, os chamados Crimes Violentos Letais Intencionais⁴ (CVLI).

A violência urbana, bem como a formação dos assentamentos precários, advém, entre outros fatores, deste processo de formação do espaço urbano, no qual a insuficiência das ações do Estado permite que diferentes atores sociais ocupem e disputem o domínio de um dado território (VIEIRA; BARROS; CHAGAS, 2019). Neste sentido, os CVLIs possuem grande evidência no cenário urbano brasileiro. Dada a sua crueldade, uma vez que se tem a intenção de cometer o assassinato, o CVLI é um importante indicativo da violência urbana, bem como a sua compreensão se faz necessária para o entendimento das cidades e suas dinâmicas.

A partir dos dados dos CVLIs disponibilizados pela SIAC, vinculada à SEGUP-PA, é possível ter um parâmetro da violência em Benevides e Santa Bárbara. A tabela 2 demonstra os CVLIs por delito ocorridos nos anos de 2013 a 2017 nesses municípios, respectivamente. Por meio dos dados da tabela 2, percebe-se que no período de 2013 a 2017, em Benevides, ocorreram os delitos de homicídio e latrocínio, sendo este último um total de 18 casos. Com relação aos homicídios, se percebe que ele é o crime mais recorrente, possuindo um total de 264 ocorrências registradas. Além dos delitos registrados em Benevides, Santa Bárbara apresenta também a lesão corporal seguida de morte, que somada com latrocínio, se obtêm um total de 4 casos. Assim como Benevides, o município tem um destaque para o homicídio, que possui um total de 54 ocorrências.

Através das informações apresentadas no Atlas da Violência 2021 (CERQUEIRA et al, 2021), para melhor compreender a dimensão dos CVLIs, a tabela 3 mostra a taxa de

⁴ “A sigla CVLI foi criada em 2006 pela Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp), vinculada ao Ministério da Justiça (MJ), com a finalidade de agregar os crimes de maior relevância social, pois além do homicídio doloso outros crimes também devem ser contabilizados nas estatísticas referentes a mortes. Portanto, fazem parte dos Crimes Violentos Letais Intencionais o homicídio doloso e demais crimes violentos e dolosos que resultem em morte, tais como o roubo seguido de morte (latrocínio), estupro seguido de morte, lesão corporal dolosa seguida de morte, entre outros. Ainda são contados os cadáveres encontrados, ossadas e confrontos policiais” (ALMEIDA; TOLOSA; CHAGAS, 2018).

homicídios por 100 mil habitantes no Brasil, no Pará, em Benevides e em Santa Bárbara, no intervalo de 2013 a 2017. O valor é obtido a partir da divisão do número anual de homicídios pelo número de habitantes multiplicado por 100.000. O cálculo permite a comparação entre locais com diferentes tamanhos de população e, para os dados dos municípios, optou-se por utilizar as estimativas populacionais do IBGE, conforme o ano, a fim de ter uma maior aproximação de suas realidades.

TABELA 2: Crimes Violentos Letais Intencionais em Benevides e Santa Bárbara do Pará por delito entre 2013 e 2017

Município	Delito	2013	2014	2015	2016	2017
Benevides	Homicídio	47	47	43	60	67
	Latrocínio	2	3	6	2	0
Santa Bárbara	Homicídio	7	10	10	17	15
	Latrocínio	0	0	1	1	0
	Lesão Corporal	0	1	0	1	0

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da SIAC/ SEGUP-PA.

TABELA 3: Taxa de homicídios por 100 mil habitantes entre 2013 e 2017.

	Taxa de Homicídios				
	2013	2014	2015	2016	2017
Brasil	28,6	29,8	28,9	30,3	31,6
Pará	42,7	42,7	45,0	50,8	54,7
Benevides	83,7	81,9	73,3	100,2	109,8
Santa Bárbara	37,3	52,1	50,9	84,6	73,2

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados de Cerqueira et al (2021), SIAC/ SEGUP-PA e IBGE (2013, 2014, 2015, 2016 e 2017).

Segundo as informações na tabela 3, identifica-se que neste período no Brasil houve um crescimento na taxa de homicídios, sendo acompanhado neste processo pelos demais locais apresentados na tabela. Em 2013, a taxa era 28,6 homicídios a cada 100 mil habitantes e, em 2017, foi para 31,6 casos, havendo, portanto, um crescimento de 3,0. O Pará, neste intervalo, possui uma taxa de homicídios sempre superior aos do Brasil. No ano de 2013,

registrou 42,7 em índice de homicídios, indo para 54,7 casos em 2017, uma ampliação de 12,0 homicídios a cada 100 mil/hab.

No município de Benevides, a taxa de homicídios foi maior que a do Brasil e do Pará em todos os anos deste período. Em 2013, houve em Benevides uma taxa de 87,7 casos. Nos anos de 2014 e 2015, houve uma queda, porém, voltou a crescer no ano de 2016 e 2017, sendo registrado neste último ano um índice de 109,8. Por sua vez, Santa Bárbara apresentava, em 2013, a taxa de 37,3 homicídios, superior ao Brasil, mas inferior ao Pará. Entretanto, nos anos seguintes o aumento de homicídios levou o município a ultrapassar a taxa do estado, alcançando 73,2 índices de homicídios em 2017, sendo maior em 2016 com 84,6 casos por 100 mil habitantes, mais que o dobro que a taxa de 2013. Além disso, os dados disponíveis pela SIAC/SEGUP-PA permitem também identificar a localidade onde ocorreram os delitos descritos na tabela 2. Assim, a tabela 4 apresenta os CVLIs por bairros ocorridos entre os anos de 2013 a 2017 em Benevides e Santa Bárbara, respectivamente.

TABELA 4: Crimes Violentos Letais Intencionais em Benevides e Santa Bárbara do Pará por localidade entre 2013 e 2017

Município	Localidade	2013	2014	2015	2016	2017
Benevides	Centro de Benevides	30	32	34	48	39
	Centro de Benfica	8	6	0	8	25
	Zona Rural de Benevides	5	3	5	0	1
	Zona Rural de Benfica	5	4	4	1	0
	Muririm	1	1	3	5	2
	Maguari	0	4	3	0	0
Santa Bárbara	Centro	1	1	7	19	15
	Genipaúba	0	2	0	0	0
	Aracy	1	0	0	0	0
	Outras Localidades	5	5	4	0	0

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da SIAC/ SEGUP-PA.

Com base nos dados da tabela 4, compreende-se em Benevides e Santa Bárbara uma

incidência de delitos nos centros dos municípios. Em Benevides, dos 277 delitos registrados entre os anos de 2013 a 2017, 230 ocorreram nas áreas de centro residencial e comercial de Benfica e Benevides (Sede), cerca de 83,06% dos casos registrados. Já em Santa Bárbara, dos 60 delitos registrados nesse mesmo período, 43 ocorreram na área Central, um total de 71,6% dos casos registrados.

Os dados também demonstram que as manifestações desses delitos nos Centros desses municípios ocorrem sobretudo em suas principais ruas. Das lesões corporais e dos latrocínios registradas nas áreas centrais de Benevides e Santa Bárbara nesse período, 92,3% ocorreram em suas ruas principais, sejam em via pública, residência privadas, bares etc. Já os homicídios, os ocorreram nas ruas principais dos centros desses municípios correspondem a 85,6%.

Chagas (2018) alerta que diversos fatores podem contribuir para o aumento da violência, mas que sua manifestação depende das peculiaridades dos locais. Nos casos dos espaços centrais de Benevides e Santa Bárbara, as incidências de CVLI ocorrem nas áreas centrais devido serem também áreas comerciais, havendo uma concentração do ser humano e suas atividades, sejam elas legais ou ilegais. Assim, o crime também acompanha esse movimento de centralidade, como o CVLI e o tráfico de drogas, bem como as organizações criminosas, como facções e Milícias.

Isto ocorre porque esses municípios, apesar de componentes do espaço metropolitano da cidade-região de Belém, possuem a condição de municípios periféricos, onde mesmo suas áreas centrais são menos valorizadas e propícias a condições precárias de vida. Ribeiro (2021) explica que até a década de 1990, o núcleo de Belém detinha uma concentração de atividades comerciais e serviços, havendo nas últimas décadas um fortalecimento de novos espaços centrais, tais como os centros de Benevides e Santa Bárbara. Contudo, mesmo com este processo de centralização, estes espaços permanecem com aspectos de precariedades, com pouca infraestrutura, baixo saneamento básico, iluminação pública insuficiente, entre outros.

Nesse sentido, as imagens 1 e 2 mostram ruas das áreas centrais destes municípios, onde é perceptível a baixa qualidade das infraestruturas urbanas presentes nestes locais. A imagem 1 representa a rua Didi Colares, presente na área central de Santa Bárbara do Pará. A partir da fotografia, nota-se a rua foi outrora pavimentada, com asfalto e calçamento, no entanto, a partir dos buracos e do crescimento da vegetação que ocupou grande parte das calçadas, é perceptível uma ausência de sua manutenção. A presença de postes e de fiações

demonstram a existência de energia elétrica, mas estão presentes em apenas um dos lados da via, se verificando uma baixa iluminação pública.

A imagem 2 demonstra a Avenida Joaquim Pereira de Queiroz, também chamada de PA-406, no centro de Benevides. A partir dela, nota-se que a avenida foi asfaltada, mas com uma ausência de calçadas e bueiros, o que evidencia uma ausência de rede de esgoto. A presença de postes e fiações demonstram a existência de energia elétrica, mas que são muito distantes entre si, causando pouca iluminação pública, mesmo nas proximidades de empresas, como no caso do SESC.

FIGURA 1: Rua Didi Colares, Centro de Santa Bárbara do Pará



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Google Earth

Dessa maneira, é evidente atributos de precariedade que são componentes desses espaços dos municípios. Além dos elementos presentes nas imagens, outras qualidades estão presentes nas áreas centrais de Benevides e Santa Bárbara que lhe atribuem precariedade. Para alcançar tal entendimento, se faz necessária a análise de Santos (2004) sobre o espaço geográfico, o qual é compreendido como uma instância social, fato e fator. Sobre isso, o autor diz que:

Por suas qualidades funcionais, o espaço, como qualquer outra estrutura social (ou nível da sociedade, se preferem dizer assim), é, por sua estrutura mais que por sua forma, um reflexo da sociedade global, seu dinamismo sendo consequência da cisão da sociedade global e sua consequente distribuição sobre o território. Nesse caso

também o espaço seria considerado como um fato social, pois se impõe a toda a gente. Mas, considerarmos o espaço por suas qualidades sistêmicas, ele ganha novos atributos, como a capacidade de condicionar, até certo ponto de forma determinante (uma determinação condicionada, todavia) a evolução das outras estruturas sociais (p. 180- 181).

FIGURA 2: Av. Joaquim Pereira de Queiroz/ PA-406, Centro de Benevides



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Google Earth

Dessa forma, o autor diz que o espaço é um fato porque é um produto das ações da sociedade, seu resultado é condicionado pela intervenção do ser humano. Por outro lado, ele afirma que o espaço é, também, um fator, porque exerce influência sobre essas ações, sendo igualmente um condicionante das realizações do homem. Ocorre, então, um processo de retro alimentação entre o espaço e as atividades humanas, onde ele é, ao mesmo tempo, um fato e um fator (SANTOS, 2004). Sendo a violência uma prática da sociedade, o espaço a condiciona e, por ela, é condicionado.

Os espaços que são precários são os que possuem qualidades, atributos específicos, que são de características precárias. Dentre esses elementos esta, também, a violência. Isto porque ela atua na precarização do espaço, tornando as áreas que são marcadas pela violência espaço mais precários. Da mesma forma, o espaço que é precarizado por outros elementos,

como uma infraestrutura viária ruim, falta de iluminação pública, carência de serviços, ou seja, componentes do espaço geográfico, serão também condicionantes à violência, facilitando a ocorrência de crimes como os CVLIs.

Os espaços violentos, locais onde a precariedade é presente no âmbito urbano, a partir dessa análise, seriam, a princípio, os espaços onde as populações carentes habitam. Entretanto, é importante ressaltar que essas áreas não são violentas. Na realidade, as pessoas que moram em assentamentos precários estão sujeitas a situações de violência, não como praticantes, mas, muitas vezes, como vítimas de ações violentas, pois coexistem com atividades de agentes que são violentos, percebido nas ações de organizações criminosas, como facções e milícias.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É notável que a violência urbana está presente nas cidades brasileiras, desse modo o Estado do Pará e a cidade-região de Belém não estão excluídos desse processo. A taxa de crescimento de CVLI registrada entre 2013 e 2017 não tem uma única variável explicativa para a sua compreensão, mas um conjunto de fatores, que dependendo do município, apresenta uma combinação diferente, no entanto, uma questão é evidente, os crimes de homicídios estão concentrados nas cidades.

Benevides e Santa Bárbara do Pará, conforme tanto os censos demográficos e as estimativas do IBGE quanto Ribeiro (2021), apresentam um crescimento de sua população urbana e um fortalecimento de seus espaços centrais. No entanto, mesmos seus espaços centrais são permeados de atributos de precariedade, dentre eles a falta de condições básicas de moradia e segurança pública. Essas condições são reforçadas pelas localidades de ocorrência dos CVLIs e a taxa de homicídios por 100 mil habitantes, com indicadores superiores aos do Brasil e do Pará, com forte incidência nas áreas centrais dos municípios.

Produto das ações humanas e um influenciador das mesmas, o espaço é, também, um condicionante e um condicionado da violência urbana. As áreas centrais de Benevides e Santa Bárbara, locais onde convergem as atividades da sociedade destes municípios, apesar de componentes do espaço metropolitano de Belém, possuem aspectos de precariedades que funcionam como facilitadores da violência urbana. Do mesmo modo, a violência urbana é um

dos fatores que tornam essas áreas precárias, em especial os homicídios, como apresentam os dados dos CVLIs.

Em síntese, a dinâmica urbano regional que se iniciou em Belém na década de 1970 e se fortaleceu nas décadas de 2000 e 2010, inseriu Benevides e Santa Bárbara do Pará no processo de urbanização, expresso, também, no fortalecimento das áreas centrais destes municípios. Todavia, eles diferem do município de Belém, não possuindo a elitização desses espaços centralizados. Assim, estes locais apresentam atributos de precariedade que se manifestam, dentre outros fatores, na violência urbana, reforçando, a condição destes municípios como cidades periféricas do espaço urbano metropolitano.

Cabe aqui reforçar a importância de estudos de cunho científico nas cidades amazônicas, muitas vezes consideradas secundárias ou simplesmente desconsideradas diante do gigantismo das florestas e dos rios da região. A importância da produção científica é de aproximação da realidade das cidades, permitindo dessa maneira identificações e intervenções que auxiliem na solução de seus mais diversos problemas, dentre eles a violência urbana, a qual tem raízes nas desigualdades socioeconômicas.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Leidiene Souza de; TOLOSA, Tatiane da Silva Rodrigues; CHAGAS, Clay Anderson Nunes. Território e violência urbana: os homicídios em Macapá- Amapá (2011-2015). In: CHAGAS, Clay Anderson Nunes; SILVA, Marcelle Peres da; VIEIRA, Denise Carla de Melo (Org.). **Geografia da Violência: produção do espaço, território e segurança pública**. Belém: GAPTA/UFPA, 2018.

BARBOSA, Costa Joelson; ABREU, Juan Mateus Raiol de. **Espaço urbano, metropolização do espaço e interações espaciais: Uma Análise de Santa Bárbara do Pará - PA**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Licenciatura Plena em Geografia) – Universidade do Estado do Pará, Belém, 2019.

CERQUEIRA, Daniel et al (Coord.). **Atlas da violência 2021**. São Paulo: FBSP, 2021.

CHAGAS, Clay Anderson Nunes. Geografia, segurança pública e a cartografiados homicídios na Região Metropolitana de Belém. In: CHAGAS, Clay Anderson Nunes; SILVA, Marcelle Peres da; VIEIRA, Denise Carla de Melo (Org.). **Geografia da Violência: produção do espaço, território e segurança pública**. Belém: GAPTA/UFPA, 2018.

FERREIRA, Ignez Costa Barbosa; PENNA, Nelba Azevedo. Território da violência: um olhar

geográfico sobre a violência urbana. **Geousp - Espaço e Tempo**, n. 18, p. 155 - 168, 2005.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Sinopse do censo demográfico 2010**. Rio de Janeiro (RJ): IBGE, 2011.

_____. **Estimativas da população residente no Brasil e unidades da federação com data de referência em 1º de julho de 2013**. Rio de Janeiro: IBGE, 2013. Disponível em: www.ibge.gov.br. Acesso em: 05 ago 2021.

_____. **Estimativas da população residente no Brasil e unidades da federação com data de referência em 1º de julho de 2014**. Rio de Janeiro: IBGE, 2014. Disponível em: www.ibge.gov.br. Acesso em: 05 ago 2021.

_____. **Estimativas da população residente no Brasil e unidades da federação com data de referência em 1º de julho de 2015**. Rio de Janeiro: IBGE, 2015. Disponível em: www.ibge.gov.br. Acesso em: 05 ago 2021.

_____. **Estimativas da população residente no Brasil e unidades da federação com data de referência em 1º de julho de 2016**. Rio de Janeiro: IBGE, 2016. Disponível em: www.ibge.gov.br. Acesso em: 05 ago 2021.

_____. **Estimativas da população residente no Brasil e unidades da federação com data de referência em 1º de julho de 2017**. Rio de Janeiro: IBGE, 2017. Disponível em: www.ibge.gov.br. Acesso em: 05 ago 2021.

_____. **Estimativas da população residente no Brasil e unidades da federação com data de referência em 1º de julho de 2021**. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. Disponível em: www.ibge.gov.br. Acesso em: 30 ago 2021.

_____. **Produto interno bruto dos municípios 2018**. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. Disponível em: www.ibge.gov.br. Acesso em: 01 set 2021.

MENDES, Luiz Augusto Soares. A geografia-histórica da região metropolitana de Belém. **Revista espacialidades**. [S. l.], v. 14, n. 1, p. 10-39, 2018.

NUNES, Francivaldo Alves. **A semente da colonização: um estudo sobre a Colônia Agrícola Benevides (Pará, 1870-1889)**. 2008. 228p. Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia) - Universidade Federal do Pará, Belém, 2008.

PARÁ. Assembleia Legislativa. **Lei Ordinária N° 2.460, de 29 de novembro de 1961**. Disponível em: <http://bancodeleis.alepa.pa.gov.br/>. Acesso em: 14 jul 2021.

_____. **Lei Complementar N°27, de 19 de outubro de 1995**. Disponível em: <http://bancodeleis.alepa.pa.gov.br/>. Acesso em: 23 ago 2021.

PRODANAV, Cleber Cristiano; FREITAS, Emanir Cesar de. **Metodologia do trabalho científico: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico**. 2 ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. São Paulo (SP): HUCITEC, 1993.

_____. **Por uma geografia nova**: da crítica da geografia a uma geografia crítica. 6 ed. São Paulo (SP): Edusp, 2004.

SILVA, Marcelle Peres da. **Faces da metrópole**: desigualdades socioespaciais e violência no Distrito de Icoaraci, Belém-PA. 2018. 168p. (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2018.

SOUZA, Luciano Andrade de. A Estrada de Ferro de Bragança e a produção do espaço na Amazônia: reflexões acerca do Município de Benevides (PA). **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará (IHGP)**. Belém, v. 5, n. 1, p. 123 - 136, 2018.

TRINDADE JÚNIOR, Saint-Clair Cordeiro da. **Formação metropolitana de Belém (1960-1997)**. Belém: Paka-Tatu, 2016.

RIBEIRO, Willame de Oliveira. Dispersão metropolitana e novas formas urbano-regionais: uma proposta para o reconhecimento e delimitação da cidade-região de Belém. **Ateliê Geográfico**. Goiânia, v. 12, n. 1, p. 132-154, 2018.

_____. Belém: Urbanização regional policêntrica e cidade-região. **Caminhos de geografia**, v. 22 n. 80, 2021.

VIEIRA, Denise Carla de Melo; BARROS, Alexandre Patrício Silva; CHAGAS, Clay Anderson Nunes. Produção do espaço, território e violência: uma análise dos homicídios na 4ª e 5ª AISP, Belém-Pará. **InterEspaço**: revista de geografia e interdisciplinaridade. Grajaú, v. 5, n. 17, p. 01-17, 2019.